

SABERES E PRÁTICAS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE ACERCA DO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO

ANA CLARA LEIVAS MAIA¹; RENATA GONÇALVES DE OLIVEIRA²; THALYSSA DE CALDAS CARDOSO³; SIDNÉIA TESSMER CASARIN⁴; DEISI CARDOSO SOARES⁵

¹ Universidade Federal de Pelotas – analeivasmaiaufpel@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – renata566oliveira@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – thalyssacardoso25@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas – stcasarin@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Pelotas – soaresdeisi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Planejamento Reprodutivo é um tema atemporal e de suma importância. Há algum tempo temas como saúde sexual e reprodutiva, autonomia das mulheres, combate a infecções sexualmente transmissíveis, saúde materna e mortalidade infantil vêm sendo discutidos pelas autoridades, sendo inclusive citados em quatro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, realizado pela Organização das Nações Unidas no ano 2000 (Brasil, 2013).

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada dos usuários ao sistema de saúde, a partir dela é possível realizar ações como promoção, proteção e manutenção da saúde, prevenção de agravos, redução de danos e reabilitação. Atrelado a isso, a Estratégia de Saúde da Família busca reorganizar a APS por meio de sua expansão, qualificação e consolidação, levando à população equipes multidisciplinares, as quais contam com no mínimo um médico, um enfermeiro, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (Brasil, 2012).

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) têm a família como ponto de partida, compreendendo sua formação e funcionamento. São considerados a extensão da APS dentro da comunidade a qual faz parte, conhecendo sua cultura e tradições, alcançando indivíduos que não possuem acesso direto à APS e tendo acesso à diferentes grupos populacionais. Além disso, contribuem com ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e planejamento de ações em saúde com base no que conhece sobre as necessidades da população (Brasil, 2009; Belo Horizonte, 2019). O ACS é o elo entre o serviço e as famílias, portanto, são responsáveis por mediar os saberes técnicos e populares, têm fundamental importância na promoção da saúde sexual e reprodutiva (Maciazeki-Gomes *et al.*, 2016).

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho teve como objetivo descrever os saberes e práticas de Agentes Comunitários de Saúde, atuantes no município de Pedro Osório-RS, sobre o Planejamento Reprodutivo.

2. METODOLOGIA

Este resumo é recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Enfermagem (FE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), intitulado "Saberes e práticas dos agentes comunitários de saúde acerca do planejamento reprodutivo". O estudo utilizou dados da pesquisa qualitativa, do tipo descritiva. A pesquisa foi conduzida em duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da cidade de Pedro Osório, Rio Grande do Sul.

Participaram do estudo os ACS de duas Unidades Básicas de Saúde da cidade. A coleta de dados ocorreu presencialmente nas UBSs, nos meses de julho e agosto de 2024, por meio de entrevistas semi-estruturadas com roteiro elaborado

pelas pesquisadoras. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. As transcrições foram organizadas em um banco de dados. Para garantir o anonimato das participantes, as transcrições foram identificadas seguindo de algarismos, escolhidos de acordo com a ordem das entrevistas (1, 2, 3).

Os dados das entrevistas foram transcritos por meio do programa Microsoft Word. Após a transcrição, as respostas foram inseridas em uma tabela e analisadas por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), que envolve as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pesquisa seguiu os preceitos éticos que regem estudos com seres humanos, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da FEn da UFPel (parecer nº 6. 837.919).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com a participação de onze Agentes Comunitários de Saúde, sendo a maioria do sexo feminino, com dez mulheres e apenas um homem e as idades variando entre 37 e 64 anos. Quanto ao nível de escolaridade, apenas dois participantes não haviam concluído o ensino médio. A partir da Análise de Conteúdo, foram identificadas duas categorias analíticas: “Saberdes e práticas dos ACS no planejamento reprodutivo” e “Planejamento Reprodutivo: facilidades e dificuldades na abordagem/orientação da população”. Neste resumo, será abordada a primeira categoria.

A atuação dos ACS na promoção do planejamento reprodutivo é fundamental, especialmente no que se refere à promoção da saúde e à educação em saúde. Esses profissionais desempenham um papel estratégico como mediadores entre o serviço de saúde e a comunidade, com intervenções individualizadas e contribuindo para a redução de desigualdades no acesso às informações e serviços (Bezerra et al., 2018; Práticas de Saúde de Grande Impacto em Planejamento Familiar, 2015).

A partir das entrevistas, foi possível identificar que na prática cotidiana os participantes desenvolvem ações de educação em saúde sobre planejamento reprodutivo junto à comunidade, com destaque para atividades realizadas em instituições escolares. As falas a seguir ilustram essas práticas:

“Sim, a gente foi já para as escolas. Já trabalhamos sobre os métodos contraceptivos, os cuidados, várias vezes... Geralmente é nas escolas e nos grupos que falam alguma coisa sobre os cuidados, até mesmo no grupo da terceira idade a gente já falou também.” – ACS2

“Nós demos também palestra com a enfermeira nas escolas, falamos sobre preservativo... sobre IST também, entregamos preservativos [...]” – ACS6

“A gente faz um grupo e vai nas escolas e fala sobre planejamento, sobre gravidez, sobre uso de preservativos, sobre as doenças sexualmente transmissíveis, sobre os exames que a gente tem pelo SUS que eles podem fazer [...]” – ACS9

Conforme aborda Sá et al. (2023), para realizar essas orientações de maneira adequada e prevenir não só gestações indesejadas, como também Infecções Sexualmente Transmissíveis, é imprescindível que os profissionais de saúde tenham conhecimento acerca dos métodos contraceptivos e importância do uso do preservativo.

Neste sentido, no que tange aos saberes dos ACS sobre planejamento reprodutivo, as entrevistas revelaram visões contrastantes na prática cotidiana. Embora alguns se sintam confortáveis ao tratar o tema, há uma lacuna no conhecimento técnico:

“A gente tem essa base para passar as orientações.” – ACS2

“Para mim é tranquilo falar. Se tiver que falar, falo.” – ACS4

“Eu acho que falta um pouco de conhecimento nosso às vezes para lidar com alguns assuntos.” – ACS6

“Às vezes, realmente, falta alguma informação e a gente acaba não conseguindo resolver.” – ACS10

Essas falas reforçam que a ausência de conhecimento técnico compromete a segurança nas abordagens junto à comunidade. Pedro *et al.* (2021) destacam que a insuficiência de capacitações implica na falta de conhecimento técnico, comprometendo a qualidade do atendimento e gerando inseguranças nas abordagens de temas mais complexos, como saúde sexual e reprodutiva. Godoi *et al.* (2018) relacionam a capacitação com a melhora na autoconfiança em relação ao tema e, assim, melhoria no conhecimento, promovendo a saúde da população, pois a falta de informações e respostas assertivas compromete o trabalho preventivo, reduzindo a eficácia das ações da APS.

Outro aspecto de destaque nas entrevistas está relacionado que as ações de educação em saúde não são o suficientes e nem uma rotina das equipes:

“...às vezes é o tempo e as outras atribuições e a unidade ultimamente tem permanecido bem cheia... Também depende da enfermeira da unidade, algumas gostam mais de falar e fazer essas atividades, outras já não gostam tanto, são mais do administrativo [...].” – ACS8

“Não é uma rotina que de tanto em tanto tempo vai se repetir. Acaba fazendo naquele momento e depois passa, até pela demanda de ter mais atividades para desenvolver” – ACS10

Educar em saúde é uma estratégia fundamental para prevenir agravos à saúde e promover a qualidade de vida, além de ser uma importante forma de disseminação de informações à comunidade, possibilitando a transformação de comportamentos por meio da conscientização. Inserir a temática do planejamento reprodutivo em ações de educação em saúde, encoraja a população a exercer seus direitos sexuais e reprodutivos (Junior; Barboza, 2021).

4. CONCLUSÕES

Os dados sugerem que, embora os ACS desenvolvem ações educativas sobre planejamento reprodutivo, principalmente em escolas, essas atividades ainda são pontuais e enfrentam limitações institucionais e de conhecimento técnico. Investir em capacitações e integrar estas ações à rotina da equipe é essencial para fortalecer o papel dos ACS na promoção do planejamento reprodutivo. Também destaca-se sua relevância ao dar visibilidade a necessidade de uma atuação colaborativa na Atenção Primária à Saúde. Tendo isso em vista, o trabalho conjunto permite a complementação de saberes, em que os ACS possuem o conhecimento mais próximo sobre a comunidade e os enfermeiros oferecem suporte técnico e educativo. Assim, por meio da qualificação profissional, é possível promover um cuidado integral, individualizado e eficiente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELO HORIZONTE. **Manual do Agente Comunitário de Saúde da Atenção Primária à Saúde de Belo Horizonte**. Diretrizes técnicas para o trabalho. Belo Horizonte: 2019. 68p. Disponível em:
<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/saude/manual-ac-s-3-9-2019.pdf>. Acesso em: 13 jul 2025.

BEZERRA, E. J. et al. Planejamento reprodutivo na estratégia saúde da família: estudo qualitativo sobre a dinâmica do atendimento e os desafios do programa. **Arq. Cienc. Saúde.** UNIPAR, Umuarama, v. 22, n. 2, p. 99-108, maio/ago. 2018.. Disponível em: <https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6349/3570>. Acesso em: 14 ago 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia prático do agente comunitário de saúde.** Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 260p. Disponível em:http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/guia_acs.pdf. Acesso em: 13 jul 2025.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica.** Serie E. Legislação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110p. Disponível em:<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 13 jul 2025.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva.** Cadernos de Atenção Básica, n. 26. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 1. Ed, 300p. Disponível em:https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 13 jul 2025.

GODOI, B. B. et al. Capacitação de agentes comunitários de saúde no município de Diamantina/MG. **Rev. Ciênc. Ext.** v.14, n.1, p.54-69, 2018. Disponível em:<file:///C:/Users/anale/Downloads/1766+Capacita%C3%A7%C3%A3o+de+Agentes+Comunit%C3%A1rias+de+Sa%C3%BAde+no+Munic%C3%ADpio+de+Diamantina..pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

JUNIOR, J. A. S. S.; BARBOZA, N. A. Planejamento familiar em uma Unidade Básica de Saúde no município de Santa Filomena – Piauí. Universidade Federal do Piauí (UFPI). **UNA-SUS/MS.** p.16, 2021. Disponível em:<https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/20456/1/JURACY%20ANTONIO%20SOUZA%20DE%20SIQUEIRA%20JUNIOR17.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MACIAZEKI-GOMES, R. de C. et al. O trabalho do agente comunitário de saúde na perspectiva da educação popular em saúde: possibilidades e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva [online].** 2016, v. 21, n. 5, pp. 1637-1646. DOI:<https://doi.org/10.1590/1413-81232015215.17112015>. Acesso em: 13 jul 2025.

PEDRO, C. B. et al. Fatores relacionados ao planejamento familiar em região de fronteira. **Escola Anna Nery [DOI].** 2021, v. 25, n. 3, e20200180. DOI:<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0180>. Acesso em: 10 ago. 2025.

PRÁTICAS DE SAÚDE DE GRANDE IMPACTO EM PLANEJAMENTO FAMILIAR (PGIS). **Agentes comunitários de saúde:** levando serviços de planejamento familiar para os locais onde as pessoas vivem e trabalham. Washington, DC: USAID; 2015. Disponível em: <https://www.fphighimpactpractices.org/briefs/community-health-workers/>. Acesso em 10 ago. 2025.

SÁ, A. D. Q. et al. Desafios enfrentados pelos profissionais de saúde frente à educação sexual na adolescência: uma perquirição suplementar. **Research, Society and Development,** v. 12, n. 5, e13912541643, 2023. DOI:<10.33448/rsd-v12i5.41643>. Acesso em: 14 ago. 2025.